



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Maria Filomena Spatti Sandalo
(Unicamp)

AVALIADO POR

- Eva-Maria Roessler
(ELACH/UMinho)
- Bruna Franchetto (UFRJ)

SOBRE OS AUTORES

- Bruna Trindade Gomes
Carneiro

Conceituação, metodologia,
investigação (análise
paleográfica e codicológica),
análise formal (edição
semidiplomática) e redação do
manuscrito (rascunho original).

- Alícia Duhá Lose

Cura de dados, software,
visualização (gráficos, tabelas
e resultados computacionais),
revisão e edição crítica do
manuscrito, validação
(conferência de métodos e
resultados).

- Zenaide de Oliveira Novais

Carneiro

Supervisão acadêmica,
administração do projeto,
revisão e edição do
manuscrito, apoio à concepção
teórica e metodológica.

DATAS

- Recebido: 15/10/2025

- Aceito: 23/01/2026

- Publicado: 16/06/2026

COMO CITAR

CARNEIRO, B. T. G.; LOSE, A. D.;
CARNEIRO, Z. O. N.. (2026). Do
manuscrito colonial ao arquivo
digital: filologia, tecnologia e
memória da língua geral
amazônica. *Revista da Abralín*, v.
24, n. 2, p. 187-210, 2025.

RELATO DE PESQUISA

Do manuscrito colonial ao arquivo digital: filologia, tecnologia e memória da língua geral amazônica

Bruna Trindade Gomes CARNEIRO

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Alícia Duhá LOSE

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Zenaide de Oliveira Novais CARNEIRO

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre memória, língua e tecnologia na preservação da Língua Geral Amazônica (LGA), a partir da edição semidiplomática do códice *Grâmica da lingua geral do Brazil, com hum dictionario dos vocabulos mais uzuaes*, produzido entre 1750 e 1758 e preservado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O estudo está baseado numa pesquisa doutoral em Filologia e articula análises paleográficas, codicológicas e computacionais para investigar a materialidade, a autoria e as funções sociais do manuscrito. A metodologia combinou leitura *in loco*, medições grafoscópicas e edição semidiplomática, com o objetivo de reconstruir o processo histórico de produção e circulação do documento. Os resultados revelam a coexistência de duas mãos distintas, uma delas associadas ao missionário Bettendorff, além de confirmarem a dupla função do códice como instrumento pedagógico e testemunho político. O trabalho demonstra que, apesar do apagamento imposto pelo Diretório Pombalino, a LGA sobreviveu no nheengatu, língua ainda falada em comunidades do Alto Rio Negro. Ao propor uma “filologia implicada”, a pesquisa trata a edição crítica e a digitalização do códice como gestos de devolução simbólica e de democratização do acesso à memória linguística. Assim, a tecnologia,

aliada à Filologia, é compreendida como meio de resistência e de reconstrução histórica, devolvendo às comunidades amazônicas a voz inscrita em seus próprios arquivos coloniais.

RESUMO EM OUTRA LÍNGUA

This article examines the relationship between memory, language, and technology in the preservation of the Língua Geral Amazônica (LGA), based on the semi-diplomatic edition of the codex *Grámatica da lingua geral do Brazil, com hum dictionario dos vocábulos mais uzuaes*, produced between 1750 and 1758 and currently preserved at the General Library of the University of Coimbra. The study derives from doctoral research in Philology and combines paleographic, codicological, and computational analyses to investigate the manuscript's materiality, authorship, and social functions. The methodology integrated in situ examination, graphoscopic measurements, and semi-diplomatic editing in order to reconstruct the historical processes of the document's production and circulation. The results reveal the coexistence of two distinct scribal hands, one of which is associated with the missionary Bettendorff, and confirm the codex's dual function as both a pedagogical instrument and a political testimony. The study further demonstrates that, despite the erasure imposed by the Pom-baline Directory, the LGA survived in Nheengatu, a language still spoken in communities of the Upper Rio Negro region. By proposing an "engaged philology," the research approaches the critical edition and digitization of the codex as acts of symbolic restitution and democratization of access to linguistic memory. In this way, technology, in alliance with Philology, is understood as a means of resistance and historical reconstruction, restoring to Amazonian communities the voice inscribed in their own colonial archives.

PALAVRAS-CHAVE

Língua Geral Amazônica. Filologia. Paleografia. Humanidades Digitais. Memória linguística.

PALAVRAS-CHAVE EM OUTRO IDIOMA

Língua Geral Amazônica. Philology. Paleography. Digital Humanities. Linguistic memory.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

Este estudo conta a história de uma língua que quase desapareceu: a

Língua Geral Amazônica, criada no período colonial a partir do contato entre povos indígenas e missionários. Essa língua foi usada durante séculos na Amazônia, mas foi proibida pelo governo português no século XVIII. A pesquisa analisa um antigo manuscrito escrito nessa língua e guardado na Universidade de Coimbra, em Portugal. Foi estudado o documento de perto, medindo letras, comparando caligrafias e usando ferramentas digitais para descobrir quem o escreveu e como foi usado. O estudo revelou que o manuscrito foi produzido por mais de uma pessoa e que ele servia tanto para ensinar quanto para resistir à proibição da língua. Hoje, a antiga Língua Geral sobrevive no nheengatu, ainda falado por comunidades do Alto Rio Negro. Ao digitalizar e divulgar o manuscrito, a pesquisa transforma um registro colonial em patrimônio vivo, mostrando como a memória e a tecnologia podem andar juntas para devolver às comunidades amazônicas a voz escrita de sua própria história.

Introdução

A relação entre memória, língua e tecnologia constitui um dos desafios mais urgentes das ciências humanas na contemporaneidade. Em um mundo marcado por tensões políticas, desigualdades históricas e destruição ambiental, a preservação das vozes indígenas emerge não apenas como gesto de erudição, mas como prática política de resistência. Neste trabalho, são apresentados alguns desdobramentos dos resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado em Estudos Linguísticos (UEFS), cujo objeto central é o códice setecentista *Grámatica da lingua geral do Brazil, com hum diccionario dos vocábulos mais uzuaes*, preservado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O estudo produziu uma edição semidiplomática inédita desse documento, ao lado de uma análise sócio-histórica da Amazônia entre 1750 e 1758, período marcado pela transição entre a presença missionária e a reforma pombalina. A pesquisa foi laureada com o Prêmio Capes de Tese (2025) e o Grande Prêmio Capes de Tese (Humanidades)– Maria da Conceição Tavares, reconhecimento que atesta a relevância acadêmica e social do trabalho.

Inserido no campo da memória linguística, este ensaio tem como ponto de partida uma pergunta central: como recuperar, a partir de um manuscrito setecentista, a memória da Língua Geral Amazônica (LGA) e colocá-la em diálogo com o presente? A hipótese é que o códice não apenas descreve uma língua, mas testemunha disputas coloniais, resistências indígenas e estratégias de poder.

1. A língua geral amazônica: história e disputas coloniais

1.1. Origem e formação da LGA

A Língua Geral Amazônica (LGA) constitui-se historicamente como uma língua de contato, formada no contexto da colonização portuguesa da Amazônia a partir de processos complexos de acomodação linguística. Sua constituição envolve línguas da família Tupi-Guarani, pertencente ao tronco Tupi, entre as quais o tupinambá – língua historicamente documentada e amplamente difundida no litoral brasileiro desde o século XVI – desempenhou papel central como língua de mediação nos primeiros contatos coloniais. Não se trata, portanto, de uma relação de derivação genética direta, mas da formação histórica de uma língua franca, resultante da interação entre diferentes povos indígenas, missionários e agentes coloniais, em contextos missionários e interétnicos específicos. Nesse sentido, o tupinambá não deve ser compreendido como “variante” da LGA, mas como uma das línguas que forneceram material linguístico fundamental para sua constituição histórica, posteriormente reelaborado em função de novos usos sociais, pedagógicos e políticos.

Dessa forma, a formação da LGA está intimamente ligada à experiência missionária. Os jesuítas compreenderam que a catequese seria inviável sem o domínio das línguas indígenas, e, ao institucionalizar o uso de uma língua comum, acabaram por criar uma ferramenta de poder e de tradução intercultural. Contudo, essa língua de contato não deve ser lida como imposição unidirecional: tratou-se de um processo de negociação constante. Missionários de origem não portuguesa – os chamados *tapuitinga* –, atuando como tradutores e professores, foram agentes fundamentais na fixação de normas gramaticais e lexicais. O códice 69, objeto desta pesquisa, evidencia esse caráter híbrido: nele coexistem traços da tradição missionária europeia e da oralidade indígena amazônica, mas também as interferências dos falantes de português como segunda língua.

Os documentos analisados sugerem que a LGA resultou de uma contínua seleção lexical, fonética e sintática, em que cada grupo contribuiu à sua maneira. Sendo a língua sempre memória e disputa de sentidos, a LGA é, portanto, uma memória de contatos, uma tradução permanente entre mundos que se entrecruzaram sem se fundir. Ao mesmo tempo em que serviu à colonização, ela preservou estruturas e modos de dizer indígenas, configurando-se como arquivo vivo de resistência.

1.2 A LGA como instrumento missionário

Desde as primeiras missões do século XVII, os padres perceberam que o português não cumpriria função comunicativa eficaz diante da diversidade linguística amazônica. A adoção da LGA foi, portanto, uma solução pragmática – uma tecnologia pedagógica da colonização. A *Arte da Língua Brasileira* (1621) de Luís Figueira e, mais tarde, o códice 69, são testemunhos dessa política linguística. Essas obras inserem a LGA no quadro da tradição gramatical europeia, organizando-a em torno das

categorias latinas: substantivo, verbo, adjetivo, gênero e número. Tal sistematização buscava não apenas compreender a língua, mas moldá-la segundo a lógica escolar da catequese.

No entanto as adaptações lexicais e fonéticas revelam que esses textos não foram simples transposições da gramática latina. Ao contrário, trazem marcas da oralidade indígena e da flexibilidade missionária. Os escribas e compiladores ajustavam a norma às necessidades práticas do ensino religioso. Em muitas passagens, observa-se a presença de palavras traduzidas com exemplos do cotidiano, de expressões sincréticas e de anotações marginais que indicam hesitações ou correções manuais – evidências de que esses textos circulavam em ambientes de aprendizagem, e não apenas em contextos administrativos.

A LGA, nesse sentido, funcionou como um sistema de mediação cultural. Era o idioma da confissão, da catequese, do comércio e, em muitos casos, da convivência. O próprio uso da língua entre indígenas convertidos e colonos mestiços levou à formação de uma população que falava a LGA como língua materna. Assim, o que começou como ferramenta missionária consolidou-se como realidade social, desafiando o ideal de homogeneidade linguística projetado pelo Estado colonial.

1.3 O Diretório Pombalino e a política de apagamento

Com a instituição do Diretório dos Índios em 1757, por Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), o uso da LGA foi oficialmente proibido nas vilas da Amazônia. O Diretório determinava que “os índios falassem somente a língua portuguesa” nos atos públicos, sob pena de punição. Essa medida fazia parte de um projeto mais amplo de centralização política e de controle social, em que a unidade linguística era vista como requisito de *civilização*.

O Diretório não inaugurou o processo de apagamento, mas o radicalizou. Já desde meados do século XVII, missionários e autoridades coloniais concebiam a língua geral como etapa intermediária para a aprendizagem do português. O que Pombal fez foi transformar essa visão em norma jurídica, com aparato repressivo e institucional. A LGA, que havia sido língua de prestígio e veículo de escolarização, passou a ser estigmatizada como “língua bárbara”.

Os efeitos dessa política foram profundos: em poucas décadas, a língua desapareceu dos registros administrativos e das escolas oficiais. No entanto, a pesquisa documental revela que sua erradicação nunca foi completa. Em cartas, inventários e depoimentos do final do século XVIII, ainda se encontram expressões em LGA – sinais de que a política pombalina conviveu com a prática cotidiana da língua, pois, como observou Bessa Freire (2003), a proibição do uso da língua geral não apagou sua memória, apenas a deslocou para espaços de resistência. O manuscrito do códice 69, datado exatamente desse período de transição, encarna essa tensão: é ao mesmo tempo instrumento de ensino e testemunho de censura.

1.4 Resistências e sobrevivências

Apesar das políticas de supressão, a LGA não desapareceu. Ela foi ressignificada e manteve vitalidade nas comunidades indígenas do Alto Rio Negro, transformando-se no *nheengatu*, “língua boa” – expressão que sintetiza a memória viva de uma língua de contato “reinventada”. Essa sobrevivência desmente a narrativa de extinção total e reafirma a dimensão política da memória linguística.

Bessa Freire (2008, p. 139) documenta o caso paradigmático dos Baré: “somos índios porque falamos a língua geral”. Essa declaração sintetiza uma reapropriação identitária. O *nheengatu* tornou-se não apenas meio de comunicação, mas emblema de pertencimento e continuidade. Entre os povos do Alto Rio Negro, a língua passou a articular saberes locais, rituais e pedagogias comunitárias.

A pesquisa sobre o códice 69 recupera também registros orais e materiais que demonstram essa persistência. Palavras, entonações e estruturas da LGA sobrevivem na fala cotidiana da Amazônia, nos nomes de rios, plantas e animais, e até em hibridismos lexicais do português regional. Essa persistência é interpretada como “resistência gráfica e sonora”: um modo de a língua continuar existindo nos interstícios do poder colonial.

Assim, a memória linguística não é simples conservação, mas reinterpretação. A LGA, ao ser retomada no presente, reconfigura-se como herança ativa – uma memória que se reinventa na experiência contemporânea do *nheengatu*.

1.5 A LGA e a configuração do português brasileiro

A história da LGA não pode ser dissociada da formação do português brasileiro. Pesquisas sociolinguísticas (Mattos e Silva, 2004; Naro e Scherre, 2007) mostram que o português falado no Brasil foi profundamente moldado pelo contato com línguas indígenas e africanas. No contexto amazônico, a LGA exerceu papel central nesse processo: foi o meio de ensino do português e, ao mesmo tempo, sua mediadora.

Como demonstrado por Carneiro (2025), o ensino colonial funcionava por meio da tradução. Ensinava-se o português **através** da LGA, produzindo uma interlíngua que misturava elementos de ambas as línguas. Essa interlíngua deixou marcas duradouras: na sintaxe (uso de pronomes e construções perifrásticas), no léxico (termos de flora, fauna e práticas culturais) e na prosódia (entonação e ritmo). Assim, é perceptível que o português amazônico conserva até hoje expressões de origem tupi e padrões fonéticos derivados da língua geral, como o uso recorrente do nasalismo e a alternância entre /tʃ/ e /s/.

Esses traços atestam que o português brasileiro é, em parte, herdeiro da LGA – uma herança que, embora oculta pelo discurso da unidade nacional, continua audível nas margens da língua. O estudo da LGA, portanto, não é apenas uma recuperação arqueológica, mas uma chave para compreender o próprio processo de formação do português brasileiro.

2. O códice 69: materialidade e trajetórias

2.1. Identificação e contexto de produção

O códice 69, intitulado *Grámatica da lingua geral do Brazil, com hum diccionario dos vocábulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua*, é uma das peças mais relevantes para compreender a história da Língua Geral Amazônica e sua função no cenário colonial do século XVIII. Preservado hoje na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foi produzido entre 1750 e 1758, um período marcado pelo choque entre a tradição pedagógica jesuítica e as reformas centralizadoras pombalinas. Ao reunir, em um mesmo volume, uma gramática, um dicionário e outros textos religiosos, o manuscrito revela não apenas o esforço de sistematizar uma língua de contato, mas também a tentativa de a transformar em ferramenta de ensino e de administração. Sua produção insere-se em uma lógica de circulação missionária, nas aldeias, como manuais práticos de instrução para outros missionários.

2.2. Materialidade do códice

A materialidade do manuscrito constitui testemunho eloquente de sua história. O suporte é papel de trapo, feito de fibras de algodão e linho, cuja durabilidade explica a boa conservação do códice ainda hoje. As folhas exibem diferentes marcas d'água, entre as quais a figura de um leão rampante coroado e a flor de lis, símbolos de poder e autoridade que indicam fabricação em papelarias ligadas à Itália, cuja exportação abastecia a metrópole; e algumas com letras, de origem alemã.

O exame com luz ultravioleta e negatoscópio confirmou que o volume reúne papéis de diferentes lotes, reforçando a hipótese de que a obra foi compilada em etapas, com materiais que não provinham de um único fornecedor. Apesar da aparência de veludo decorado, a consulta *in loco* deixou claro que o revestimento das pastas – em papelão – da encadernação é feita de papel. Os sinais de desgaste e manchas indicam a passagem do tempo e a exposição do volume à umidade ou/e ao calor.

A decoração do revestimento é composta por desenhos de flores, folhas variadas e arabescos em relevo, comuns em encadernações de caprichadas do século XVIII. Há bordas desgastadas, lacerações e sinais de deterioração, em especial nas bordas externas e na lombada. A contracapa, ou quarta capa, aparenta estar na mesma situação, de acordo com o facsímile. Vê-se também que o papel possuía dourações em alguns pontos. Tais elementos dourados não estão mais visíveis nas partes externas das capas.

2.3. As mãos que escrevem: análise paleográfica

O exame paleográfico revelou a presença de dois escribas distintos. O primeiro, designado como *Scriptor A*. A escrita deste punho é semicursiva, visto que, no meio de cada palavra encontram-se diversos

pontos de fuga e novos pontos de ataque, sendo a pena retirada do papel em diversos casos, para, logo em seguida, retornar, um pouco adiante, para continuação do mesmo vocábulo. Portanto, não fazendo traços de ligação (ligaduras) em todos ou na maioria dos grafemas da mesma palavra, o que nos faria considerá-la como efetivamente cursiva. É responsável pela maior parte da seção gramatical e apresenta uma caligrafia regular, típica da escrita cursiva do período. Emprega abreviaturas tradicionais, como “q̃” para **que** e “p̃a” para **primeira**, bem como sinais de pontuação padronizados, o que demonstra formação formal e experiência com textos eruditos.

O quadro scriptográfico composto com o códice 69 e dois outros documentos do Arquivo IESU, em Roma, comprovaram a alta compatibilidade entre a mão que escreve essa primeira parte do códice e a mão do missionário alemão, Bettendorff. Assim, pelas similaridades grafemáticas e indícios, que vão desde a origem alemã do papel até a experiência com alfabetização e letramento de indígenas, identificação da necessidade de materiais para a escolarização dos indígenas e marcas essencialmente alemãs nesse *scriptor*, consideramos altamente plausível atribuir a autoria da gramática a Bettendorff, apontada como muito anterior ao dicionário, sendo incontestável se tratar de um produto jesuíta, e não franciscano.

Já o segundo, o *Scriptor B*, contribui sobretudo no dicionário e deixa transparecer uma escrita menos uniforme, com alternâncias gráficas para a mesma palavra e registros mais próximos da oralidade indígena. As letras do *scriptor B* se apresentam com pouco cursividade, traz elementos decorativos bem elaborados, especialmente nas iniciais e nos títulos. Palavras como **aba** e **abá** aparecem lado a lado, sugerindo que o escriba não buscava fixar uma forma única, mas registrar variantes de pronúncia ou usos distintos em circulação. Há muitas inconsistências com relação à marca de tonicidade e nasalidade, por exemplo, sendo esse fato um pouco mais crítico se compararmos ao *scriptor A*. A marca de nasalidade oscila entre um acento agudo (´), que se confunde com a marca de tonicidade, e um acento circunflexo (^), não sendo clara a distinção. Também há a marcação através de um acento em formato de “v” sobre algumas vogais, mas não se percebe se é uma nasalidade ou tonicidade.

O próprio *scriptor* afirma não dominar a “arte” da língua geral e, em muitos momentos, repete vocábulos em LGA com atribuições de significados diferentes. Além disso, há a manifestação de geminadas, como “ll” e “mm” e dos tremados “ỹ”, “ä”, “ë”, “ĩ”, tal qual no *scriptor A*. O *scriptor B*, no entanto, apresenta, também, o “g tremado”, que não aparece no *scriptor A*.

Essa diferença entre as mãos sugere que o códice não foi produzido de uma só vez nem por um único autor, mas como resultado de esforços coletivos e talvez sucessivos, em um contexto de colaboração missionária.

2.4. Conteúdos linguísticos, circulação e trajetória histórica

Os conteúdos do códice refletem seu caráter híbrido, entre o descritivo e o pedagógico. A parte gramatical segue o modelo das artes missionárias, como a de Luís Figueira (1621), com divisões em fonética, morfologia e sintaxe, mas revela adaptações ao sistema da Língua Geral Amazônica. A descrição dos

verbos, por exemplo, enfatiza os sufixos que marcam tempo e pessoa, elemento central na estrutura da LGA, mas ausente da tradição latina. O dicionário, por sua vez, revela uma preocupação eminentemente prática, listando vocábulos ligados ao cotidiano e às necessidades básicas da vida missionária e indígena. São exemplos **tatá** (fogo), **pirá** (peixe), **óca** (casa) e **abá** (homem), todos de alta frequência e grande utilidade.

Entretanto, não faltam termos abstratos ou religiosos, como **anjô** (anjo) e **pajé** (feiticeiro), que demonstram o esforço de transpor conceitos europeus para o universo cultural indígena, ainda que muitas vezes de modo aproximativo ou reducionista. Assim, o código revela, em suas entradas lexicais e em suas regras gramaticais, o encontro – nem sempre pacífico – entre tradições linguísticas diversas.

A trajetória do código do espaço colonial amazônico até Coimbra ilustra processos mais amplos de deslocamento da memória. Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, muitos documentos produzidos em missões foram recolhidos, enviados à metrópole e incorporados a acervos universitários e eclesiásticos. O código 69, nesse sentido, é testemunho do que Michel de Certeau chamaria de “translado do saber”: a língua que havia sido banida das escolas indígenas passou a sobreviver apenas como registro escrito, conservado em arquivos distantes dos povos que a falavam.

Durante séculos, permaneceu restrito às prateleiras da Biblioteca Geral de Coimbra, acessível a poucos especialistas. Apenas no século XX recebeu catalogação crítica e reconhecimento como patrimônio histórico-linguístico. Mais recentemente, com sua digitalização pela UC Digitalis e inclusão no projeto ALMA MATER, o código passou a circular amplamente, disponível em alta resolução e acessível a pesquisadores e comunidades diversas.

Essa mudança é significativa, pois recoloca em circulação social um documento que havia sido confinado à esfera erudita. A tecnologia digital, nesse sentido, não apenas preserva, mas também devolve o manuscrito ao espaço público, criando possibilidades de leitura e apropriação.

Ao reunir uma gramática e um dicionário, ao registrar tanto regras normativas quanto variantes orais, e ao sobreviver por meio de deslocamentos e reapropriações, o código 69 se configura como testemunho privilegiado da memória linguística da Amazônia colonial. Ele não é apenas registro técnico de uma língua, mas também espaço de disputa simbólica, onde se inscrevem as tensões entre missionários, autoridades coloniais e povos indígenas.

Sua materialidade, suas múltiplas mãos e seus conteúdos lexicais revelam tanto a tentativa de normatizar e disciplinar a língua geral quanto a resistência de variantes e de usos que escapavam ao controle. Hoje, ao ser disponibilizado digitalmente e reinterpretado pelas humanidades digitais, o código adquire nova vida: de manual colonial, torna-se tecnologia social da memória, capaz de restituir a história da Língua Geral Amazônica e de reafirmar a continuidade do nheengatu como herdeiro vivo dessa tradição.

3. O códice 69: materialidade e trajetórias

3.1. Edição semidiplomática: princípios e decisões editoriais

A escolha pela edição semidiplomática (a primeira edição semidiplomática de um documento em língua indígena), realizada por Carneiro (2025), nasceu da conjunção de dois imperativos: por um lado, a necessidade de preservar o máximo possível a materialidade e a grafia original do códice; por outro, o compromisso de tornar o texto inteligível e acessível a leitores não especializados. Para isso foram fixados critérios explícitos que orientaram toda a transcrição e a apresentação do aparato editorial – entre eles, a preservação da disposição gráfica da página (*mise-en-page*), a manutenção da interlineação e paragrafação, a numeração de todas as linhas da mancha escrita e a manutenção da grafia original mesmo diante de lapsos aparentes do scriptor.

As abreviaturas foram desenvolvidas com indicação explícita das letras omitidas entre parênteses, e as alterações observadas no próprio manuscrito (rasuras, substituições, acréscimos marginais) foram sinalizadas por operadores padronizados, como [†] para escrita ilegível e [...] para leitura impossível por dano do suporte. Essas escolhas metodológicas seguem e expandem recomendações filológicas atuais, e foram adotadas com a preocupação constante de não “canalizar” o leitor num único modo de leitura, mas de preservar a multiplicidade de sinais que o manuscrito carrega.

Ao optar pela semidiplomática, o trabalho colocou-se entre a fidelidade ao original e a utilidade pública: a edição visa democratizar o acesso sem apagar variantes e sinais paleográficos que são fontes de informação sobre processos históricos de escrita e circulação. Essa postura editorial foi explicitada na justificativa da tese de Carneiro (2025), que discute porque edições excessivamente “conservadoras” ou, inversamente, demasiadamente intervencionistas, podem distorcer o valor informativo do documento.

3.2. Leitura paleográfica e codicológica: procedimentos *in-loco* e uso de luzes

A análise paleográfica e codicológica combinou a leitura de fac-símiles com consultas presenciais à Sala de Reservados da Biblioteca da Universidade de Coimbra. A investigação *in-loco* permitiu, por exemplo, visualizar marcas d'água com auxílio de negatoscópio e luz ultravioleta, identificar manchas de umidade, avaliar a costura do miolo e mensurar dimensões físicas que não aparecem sempre com fidelidade no fac-símile.

Essas operações mostraram-se decisivas para compreender a cronologia interna do volume (papel de lotes distintos), o estado de conservação (manchas, encadernação deteriorada) e evidências de uso intensivo que orientaram decisões de edição. O trabalho reconhece, não obstante, os limites do fac-símile e ressalta que nenhum fac-símile substitui por completo a consulta *in-loco* – leituras críticas do fac-símile foram comparadas com as observações diretas para minimizar equívocos de leitura.

Na prática da Paleografia, foram usados instrumentos e técnicas consagradas: lupas e microscopia para observar a textura do traço e a espessura da tinta, negatoscópio e luz UV para tornar visíveis marcas d'água e manchas não perceptíveis a olho nu, e posicionamento do volume em ângulos variados para reconhecer diferenças de cor e camadas de escrita. A combinação desses recursos permitiu identificar múltiplas “mãos” no códice e distinguir escrita original de anotações posteriores.

3.3. Análise grafoscópica computacional (procedimentos e medidas)

Para complementar a leitura humana e buscar evidências mensuráveis de autoria e de variabilidade gráfica, a pesquisa incorporou análises grafoscópicas computacionais. A sequência metodológica partiu da seleção de grafemas representativos (por exemplo, A, M, Y, P, D, H, L) – escolhidos por sua frequência e por apresentarem traços visuais discriminantes – e da extração de medidas objetivas a partir das imagens digitalizadas do fac-símile ou de imagens obtidas *in-loco*.

As variáveis quantificadas incluíram, entre outras, a inclinação axial (ângulo em graus em relação à linha de base), o tamanho médio (altura e largura em mm) e uma avaliação da pressão do traçado (escalada qualitativa de 1 a 5 baseada na espessura aparente da tinta e na intensidade do traço). A extração dessas medidas foi feita com ferramentas de medição gráfica (ImageJ e, quando necessário, AutoCAD ou medições manuais sobre imagens de alta resolução), com múltiplas repetições por grafema para garantir robustez estatística das estimativas.

Os dados coletados foram estruturados em formato tabular (DataFrame) usando a biblioteca Pandas no ambiente Python. Para cada instância medida, registrou-se: tipo de grafema, coordenadas da medição, ângulo de inclinação, altura, largura, avaliação de pressão, número de fólios e indicação da fonte (*Scriptor A*, *Scriptor B* ou outras se aplicável). Essa organização permitiu realizar análises descritivas e comparativas entre as mãos identificadas.

3.4. Tratamento de dados, visualização e critérios de inferência

Com os DataFrames prontos, a análise exploratória utilizou bibliotecas padrão do ecossistema Python: Matplotlib para gráficos de linha comparativos (úteis para visualizar tendências de inclinação axial entre grafemas e fontes) e Seaborn para *box plots* e *swarm plots* (úteis para observar dispersões, outliers e distribuição dos valores individuais). A estratégia de visualização combinou gráficos de tendência (linhas) para captar diferenças médias e *boxplots/swarms* para evidenciar variabilidade interna e pontos extremos; a sobreposição desses diagramas permitiu identificar padrões consistentes que sustentassem a hipótese de múltiplas mãos no códice. A produção de *box plots* e *swarm plots* exigiu um pré-processamento: conversão do formato de dados para “long form”, normalização quando adequado e exclusão criteriosa de medições claramente comprometidas por danos do suporte (essas exclusões foram documentadas e justificadas no arquivo de metadados).

A interpretação dos gráficos privilegiou diferenças estatísticas simples (mestras descritivas: média, mediana, desvio padrão) e a observação qualitativa das distribuições; e optou por evitar testes paramétricos sofisticados que pudessem dar falsa sensação de precisão num contexto em que o corpus é limitado e a variabilidade tem origem mista (método de escrita, conservação, digitalização). Em vez disso, a inferência baseou-se na convergência entre evidências quantitativas (padrões de inclinação, dispersão) e evidências qualitativas (diferenças de forma, uso de abreviaturas, padrões de correção e rasura observados paleograficamente).

3.5. Procedimentos de transcrição automática e pós-edição humana

Os processos digitais não substituíram o trabalho filológico; pelo contrário, foram usados para acelerar e sistematizar etapas que depois passaram por revisão humana. Imagens tratadas e medições automatizadas foram integradas à edição semidiplomática, mas cada desenvolvimento de abreviatura, restituição de letras e marcação de danos foi validado por leitura atenta.

A transcrição automatizada (OCR) é inadequada para esse tipo de manuscrito – pelo uso de alfabetos não padronizados, variações de traçado e abreviaturas – de modo que as rotinas de Python serviram para análise quantificadora e para organização de dados, enquanto a leitura filológica permaneceu manual e criteriosa. Esse arranjo metodológico foi deliberado: manter a autoridade da leitura paleográfica humana, usando a análise computacional como suplemento e como forma de tornar observáveis padrões que poderiam escapar ao olhar isolado.

3.6. Critérios de anotação editorial, representação de variantes e aparato crítico

A edição adotou um conjunto de operadores para tornar transparente qualquer intervenção ou limitação na leitura: notações para rasuras, sinais para acréscimos marginais ou interlineares, marcação explícita de lacunas e uso de colchetes para conjecturas.

A política de edição preservou tremas, sinais de nasalização (marcados com “^” quando explícitos) e outras marcas que possam fornecer pistas sobre pronúncia e convenções ortográficas de época. Além disso, foram numeradas todas as linhas da mancha escrita para facilitar referências cruzadas e citações acadêmicas. Todas essas decisões seguem os critérios descritos para uma edição semidiplomática orientada a públicos acadêmicos e não-especialistas, com o objetivo de reduzir barreiras de acesso sem eliminar a informação paleográfica.

3.7. Interdisciplinaridade, limitações e reflexões metodológicas

O desenho metodológico foi deliberadamente interdisciplinar: Filologia, Paleografia, História Social e Humanidades Digitais dialogaram em cada etapa. Essa intersecção permitiu que as hipóteses geradas por uma disciplina fossem testadas e matizadas por outras; por exemplo, padrões grafoscópicos

sugeridos pela análise computacional foram confrontados com dados codicológicos (marcas d'água, encadernação) e com pistas históricas (períodos de uso, possíveis escribas conhecidos).

Ao mesmo tempo, Carneiro (2025) faz constar limitações importantes: o uso de fac-símiles como fonte principal em algumas etapas impõe cuidados (iluminação, resolução, cortes do *scanner*), e medições feitas sobre imagens dependem da qualidade do arquivo digital; por isso, quando possível, as medições foram validadas em consulta *in-loco*. A própria escolha de métricas (inclinação, tamanho, pressão) é parcial e deve ser lida como instrumento heurístico e não como definição absoluta de autoria.

3.8. Ética, democratização do acesso e produção de dados abertos

A metodologia incluiu uma dimensão ética e política: a edição semidiplomática e a disponibilização dos dados analíticos visaram democratizar o acesso ao códice e permitir que investigadores, professores e comunidades interessadas – inclusive comunidades indígenas – pudessem consultar o material. Consciente de que muitos documentos coloniais foram deslocados para acervos europeus, a pesquisa procurou garantir transparência metodológica (apresentação clara dos critérios de edição), bem como entregar produtos (edição comentada, dados de medidas grafoscópicas, gráficos interpretativos) que possam ser reutilizados por outros pesquisadores. Em linha com a discussão sobre usos sociais da escrita, essa abertura de dados é vista como forma de tornar a memória escrita menos monopolizada por grupos restritos e mais disponível como bem comum.

Em suma, a metodologia articulou rigor filológico e ferramentas digitais de modo complementar: a edição semidiplomática preservou e explicitou os sinais materiais e escritográficos do códice; a leitura paleográfica *in-loco* revelou nuances materiais e identitárias; e a análise grafoscópica computacional forneceu medidas convergentes que ajudaram a caracterizar diferenças entre *scriptores* e padrões de produção.

4. Memória linguística e tecnologias sociais

4.1. Memória como resistência

A noção de memória que orienta esta pesquisa parte da compreensão de que lembrar é também um ato de resistência. A memória linguística, ao contrário de uma recordação neutra, envolve disputas de poder, apagamentos e reapropriações. No caso da Língua Geral Amazônica, recuperar um documento setecentista como o códice 69 é reabrir um arquivo colonial em que a língua indígena foi simultaneamente veículo de evangelização e alvo de silenciamento político. O processo de imposição do português após o Diretório dos Índios (1757) não significou um esquecimento espontâneo, mas uma política

ativa de apagamento, cuja finalidade era suprimir a diversidade linguística e, com ela, as formas de organização social e epistemológica dos povos originários.

Nesse contexto, o ato de editar e estudar o códice não é apenas técnico ou filológico: é um gesto de reinscrição. Ao trazer à luz um manuscrito que testemunha a vitalidade da Língua Geral e suas funções no cotidiano amazônico, a pesquisa devolve presença às vozes indígenas que haviam sido confinadas aos arquivos da metrópole. A memória, aqui, opera como contranarrativa, um espaço em que o passado não é revisitado como ruína, mas como campo de disputa simbólica.

Assim, toda memória é social – ela depende de grupos que a sustentam. Nesse sentido, reconstituir a memória da LGA é também reconstruir os sujeitos que dela participam, restituindo à história amazônica a presença indígena que as narrativas coloniais buscaram neutralizar. A língua, como lugar de memória, é também lugar de ideologia, e toda política linguística é uma política de sentidos. Ao reinscrever o texto da LGA na história das letras brasileiras, rompe-se o silêncio produzido pelo Estado colonial e reconfigura-se a própria ideia de patrimônio linguístico.

A resistência se manifesta, portanto, tanto no plano simbólico quanto no material. O códice 69, ao sobreviver à destruição e ao exílio documental, carrega em si as marcas dessa persistência: suas folhas degradadas, suas rasuras e sobreposições de tinta são sinais de uma história de uso, de reescrita e de sobrevivência. Cada traço, cada grafema, cada hesitação de seus escribas é também um fragmento de memória coletiva, indissociável das tensões entre dominação e resistência que estruturaram a Amazônia colonial.

4.2. Tecnologias sociais da memória

A noção de “tecnologia social da memória” que é possível aplicar a esta pesquisa propõe compreender os instrumentos de preservação – manuscritos, edições críticas, repositórios digitais e análises computacionais – como práticas coletivas que produzem novos modos de circulação do conhecimento. A memória, para além de ser lembrança, é também técnica: ela se materializa em suportes e dispositivos que organizam o acesso ao passado.

No caso do códice 69, a Filologia e as humanidades digitais convergem na construção de uma tecnologia social. O processo de edição semidiplomática, a análise paleográfica auxiliada por Python e a disponibilização do documento em plataformas abertas compõem um circuito que devolve ao público um patrimônio antes restrito. Essa mediação tecnológica não é neutra – ela carrega implicações políticas, pois redefine quem pode ler, estudar e interpretar a Língua Geral Amazônica.

A edição, ao adotar critérios de legibilidade sem eliminar a materialidade da escrita, transforma o códice em objeto acessível não apenas a especialistas, mas também a professores, estudantes e comunidades indígenas interessadas na história do nheengatu. Nesse sentido, o trabalho filológico torna-se uma prática de extensão social da memória, na medida em que cria condições de partilha do conhecimento. A democratização não se limita ao acesso digital, mas envolve uma ética da restituição: devolver à sociedade amazônica o direito de ler e compreender a sua própria história linguística.

Assim, a digitalização de acervos coloniais deve ser compreendida como gesto político. Cada imagem escaneada, cada metadado adicionado, cada planilha de grafemas compartilhada reconfigura o alcance da memória e o modo como o passado é narrado. Quando o manuscrito em Língua Geral deixa de estar confinado a uma sala reservada em Coimbra e passa a ser acessível globalmente, a geografia do conhecimento se transforma. A tecnologia, nesse caso, não substitui a memória, mas a amplifica, permitindo que vozes silenciadas circulem em novas redes de sentido.

Essas operações tecnológicas assumem valor social porque deslocam o lugar da autoridade sobre o documento. Em vez de estar sob a guarda exclusiva das instituições coloniais, o códice passa a integrar um espaço comum, acessível e interpretável por múltiplos atores. A edição crítica torna-se, assim, um ato de devolução e de reparação simbólica, convertendo a prática filológica em gesto político.

4.3. O Nheengatu hoje

A permanência do *nheengatu* no presente é a prova mais eloquente de que a memória linguística é dinâmica e de que a resistência não se encerrou no período colonial. Falado ainda em comunidades do Alto Rio Negro, especialmente entre os Baré, Baniwa e Tukano, o *nheengatu* mantém viva a estrutura da antiga Língua Geral Amazônica, embora transformada por séculos de contato e de reinvenção cultural. Como destaca Bessa Freire, o *nheengatu* é a língua que resistiu, pois sobreviveu ao Diretório, às proibições, à estigmatização e à marginalização.

A análise dessa continuidade linguística é essencial para compreender a LGA como um fenômeno vivo de longa duração. O códice 69, nesse sentido, não é um relicário do passado, mas um elo na cadeia histórica de uma língua que atravessou séculos de transformação. O que nele aparece como descrição gramatical e lexical é o embrião de práticas linguísticas que se atualizaram nas comunidades amazônicas. O fato de ainda hoje existirem escolas bilíngues que ensinam *nheengatu*, rádios comunitárias que o utilizam e pesquisadores indígenas que produzem materiais didáticos nessa língua reforça a ideia de que a memória não é estática: ela é processo, travessia e reinvenção.

As tecnologias contemporâneas ampliam esse movimento. Projetos de documentação sonora, dicionários colaborativos on-line, traduções digitais e iniciativas de revitalização linguística demonstram como o espaço virtual pode funcionar como extensão da memória oral. Nesse contexto, a edição semidiplomática do códice 69 assume novo papel: torna-se fonte primária para o estudo comparativo, permitindo observar a continuidade entre a LGA setecentista e as formas atuais do *nheengatu*. Assim, a digitalização e a análise filológica não apenas preservam, mas alimentam práticas contemporâneas de resistência cultural.

Recuperar a LGA e reconhecer o *nheengatu* como sua herança viva é reafirmar a Amazônia como território plurilíngue, onde a diversidade linguística não é resquício, mas potência. Ao conectar o manuscrito setecentista às vozes que hoje o prolongam, a pesquisa demonstra que memória e tecnologia não são dimensões opostas: a memória precisa da mediação tecnológica para circular e

sobreviver, e a tecnologia, por sua vez, encontra na memória seu conteúdo mais humano e transformador.

5. Entre o passado e o presente

Discutir a Língua Geral Amazônica a partir do códice 69 implica compreender que os manuscritos coloniais não pertencem apenas ao passado: eles sobrevivem como testemunhos de processos que continuam em curso. A Filologia, nesse sentido, não é uma disciplina voltada exclusivamente à restauração de textos antigos, mas uma ciência da memória – uma prática que religa tempos, sujeitos e suportes. O diálogo entre o século XVIII e a contemporaneidade é o eixo que sustenta a interpretação do documento: cada linha, cada rasura e cada escolha gráfica são entendidas como traços de relações sociais e políticas que ainda ressoam na Amazônia de hoje.

O códice 69 é, então, um artefato de mediação histórica. Sua análise revelou o trabalho de dois escribas, que escreveram em momentos distintos e em contextos de instabilidade institucional. As diferenças entre as mãos – uma mais regular, de traços seguros e grafia ortodoxa, outra irregular, com hesitações e interferências orais – não são meras curiosidades paleográficas: revelam distintas posições sociais e culturais.

Assim, o manuscrito configura-se como testemunho de um duplo movimento: o da política de apagamento promovida pelo Diretório Pombalino e o da persistência das vozes indígenas. Ao mesmo tempo em que as normas régias determinavam a supressão da LGA, a escrita do códice continuava a fixar e ensinar essa língua. A contradição é central: aquilo que o Estado buscava apagar permanecia registrado pela pena de escribas que, mesmo sem o saber, atuavam como agentes de memória, pois a língua é o lugar em que a história deixa rastros. O códice 69 é, portanto, o lugar em que o poder e a resistência se inscrevem na mesma superfície.

O estudo detalhado da materialidade também reforça essa leitura. As marcas d'água, identificadas como provenientes de fábricas italianas e alemãs, atestam a circulação transcontinental do papel, conectando a Amazônia a redes comerciais do Velho Mundo. O papel europeu, impregnado de símbolos de realeza e fé, serviu para registrar uma língua indígena; uma inversão simbólica como metáfora da própria colonização: sobre a matéria da dominação imprime-se a “voz” do outro. Essa tensão entre suporte e conteúdo traduz, materialmente, o drama colonial – e é o que faz do códice um objeto de memória em sentido pleno.

Mas a discussão não se restringe ao manuscrito como objeto histórico. A escrita deve ser pensada como tecnologia social: um conjunto de práticas e instrumentos que configuram modos de produção e circulação de sentidos. Sob essa perspectiva, a edição semidiplomática e as análises digitais realizadas constituem também tecnologias sociais de segunda ordem – modos de reinscrição da memória. Digitalizar, transcrever e editar um manuscrito setecentista é reativar a sua função comunicativa, permitindo que volte a “falar” em outros tempos e contextos.

Essa operação é inseparável de uma ética da memória. A democratização do acesso ao códice, via repositórios digitais e edição em formato aberto, só se justifica se acompanhada de reconhecimento das comunidades que são herdeiras desse patrimônio linguístico. A memória, quando transformada em dado, corre o risco de ser apropriada sem mediação cultural; por isso, propõe-se uma “Filologia implicada”, em que o trabalho técnico se converte em gesto político de restituição.

Essa abordagem se articula com a noção de “lugares de memória” formulada por Pierre Nora (1993, p. 13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pela minoria, de uma memória refugiada sobre pontos privilegiados, transformados em lugares de culto, apresenta-se como um sintoma dos tempos e, nesse sentido, interessa a todos. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É porque não há mais milieux de mémoire, ambientes de memória, que existem lugares de memória.

O códice 69 é um desses lugares – não por sua antiguidade, mas porque nele se cruzam temporalidades múltiplas: o tempo do missionário, o do indígena catequizado, o do pesquisador contemporâneo e o das comunidades que hoje falam nheengatu. Cada um desses tempos reinscreve o documento, dando-lhe novos sentidos.

A análise também insere a LGA na história das línguas gerais enquanto política de Estado. Ao compará-la com a Língua Geral Paulista e com o processo de normatização do português no século XVIII, faz-se inegável que o apagamento das línguas indígenas foi parte de um projeto de unificação simbólica do Império. No entanto, o que os documentos mostram é que essa unidade nunca foi total. A língua portuguesa que se consolidou no Brasil é marcada por uma pluralidade que reflete a presença da LGA. Em diversos casos, como nos registros lexicais do códice – “tupana” (Deus), “mirim” (pequeno), “tupixara” (cruz) –, o vocabulário indígena infiltrou-se nas práticas de evangelização e, mais tarde, no português coloquial. Assim, o estudo da LGA ilumina a gênese do português brasileiro e de suas variações regionais, sobretudo na Amazônia.

Ao aplicar ferramentas de análise automatizada à Paleografia e divulgar os resultados em repositórios de acesso livre, a pesquisa atualiza a prática filológica para o século XXI. Essas tecnologias, contudo, são tratadas com prudência: o computador não substitui o olhar, mas o prolonga. A digitalização é vista como mediação sensível – ela amplia o alcance da memória, mas exige cuidados éticos quanto à curadoria e à autoria coletiva.

Ao longo da discussão, o texto insiste que o manuscrito e sua edição não pertencem ao campo da arqueologia, mas ao da vida social da memória. A Língua Geral Amazônica é apresentada como uma língua que nunca deixou de existir, embora tenha mudado de forma e de lugar. Seu renascimento nas escolas indígenas, nas rádios comunitárias e nos projetos de revitalização linguística do Alto Rio Negro confirma a tese de Bessa Freire (2008): a língua que foi instrumento de evangelização tornou-se língua de identidade e de luta.

Em última instância, o diálogo entre o passado e o presente revela que as humanidades digitais, quando aplicadas à Filologia, podem funcionar como tecnologias de resistência. Editar e disponibilizar o códice 69 em plataformas acessíveis é uma forma de fazer o documento cumprir sua função mais profunda: não apenas preservar, mas devolver. O passado, nesse sentido, não é uma herança imóvel, mas um campo de forças que se reatualiza a cada leitura. A LGA, recuperada pela pesquisa, é uma língua que fala novamente.

A discussão, portanto, culmina numa proposição: recuperar a Língua Geral Amazônica é reinscrever no presente uma história de resistências e traduções; é fazer da tecnologia o novo códice onde a memória volta a escrever-se. Esse gesto sintetiza o alcance político, epistemológico e simbólico da pesquisa: ao fazer o manuscrito dialogar com o mundo digital e com as vozes indígenas contemporâneas, o trabalho reconcilia o arquivo e a vida, o passado e o presente.

6. Conclusões

Concluir uma pesquisa sobre a Língua Geral Amazônica significa reconhecer que se está diante de uma história que não termina. O códice 69, produzido em pleno século XVIII, é mais do que um vestígio do passado – é um dispositivo de memória que continua a produzir sentido. A edição semidiplomática e a análise paleográfica realizadas permitiram não apenas recuperar um texto, mas reconstruir um processo histórico de longa duração: o da persistência das línguas indígenas na formação do Brasil.

O estudo confirmou que a LGA, longe de ser um idioma desaparecido, permanece viva na estrutura do português amazônico e, sobretudo, no nheengatu, que segue sendo língua de comunicação, identidade e resistência em comunidades do Alto Rio Negro. Essa sobrevivência linguística desafia a lógica do esquecimento imposta pelo Diretório Pombalino e pelos discursos de unidade nacional. O que a documentação setecentista registra como “língua geral dos índios” ressurge hoje como língua de luta e de futuro. Nesse movimento, a memória não é uma simples evocação de um passado morto, mas um campo de força que atravessa temporalidades e reconfigura os modos de existir e de dizer.

A Filologia, ao ser aplicada a um manuscrito como o códice 69, revela sua vocação política. Não se trata apenas de corrigir grafias ou decifrar abreviaturas, mas de compreender o texto como forma de vida. Cada rasura, cada sinal diacrítico, cada marca d'água carrega uma história de relações coloniais e de resistências. Ler esse manuscrito é também reler o projeto civilizatório que tentou silenciar as vozes indígenas. Nesse sentido, a edição semidiplomática não é uma operação técnica, mas um gesto de restituição simbólica. Ao tornar legível o documento e disponibilizá-lo em acesso aberto, devolve-se à sociedade amazônica um fragmento de sua própria história linguística, inscrevendo a Filologia entre as práticas de reparação.

Essa devolução é mediada pelas tecnologias digitais, que adquirem aqui um papel ético. Digitalizar, transcrever e disponibilizar um códice colonial não é apenas difundir-lo – é redefinir sua função social. Quando o manuscrito, antes restrito às prateleiras da Universidade de Coimbra, se torna acessível a professores, estudantes e comunidades indígenas, ele deixa de ser relíquia e passa a ser

ferramenta de educação, pesquisa e reconstrução identitária. As humanidades digitais, nesse contexto, não são uma “moda acadêmica”, mas um meio de ampliar a dimensão social do conhecimento. A tecnologia, quando articulada à consciência histórica, transforma-se em instrumento de justiça epistêmica.

Ao mesmo tempo, essa reativação da memória exige responsabilidade. O acesso aberto deve ser acompanhado de uma ética de devolução, que reconheça as comunidades indígenas como herdeiras e coautoras da história linguística que o códice documenta. Democratizar o acesso à memória é também devolver poder sobre ela. Assim, abrir o arquivo é redistribuir esse poder. É por isso que se propõe uma “filologia implicada”, em que o pesquisador não é mero intérprete, mas participante de um processo coletivo de reinscrição da memória.

Essa concepção de filologia desloca a disciplina de um paradigma de conservação para um paradigma de compromisso. A pesquisa, portanto, demonstra que as humanidades podem transformar instrumentos de dominação em ferramentas de resistência. A edição digital do códice é, assim, um contraponto histórico ao Diretório dos Índios: se este buscou impor o silêncio, aquela produz a escuta. O manuscrito, agora amplificado, torna-se símbolo da inversão desse gesto – da língua proibida à língua compartilhada.

As análises realizadas confirmam, ainda, que a materialidade da escrita é inseparável de sua dimensão simbólica. As marcas d'água, os sinais de tinta ferrogálica, a encadernação e as variações caligráficas não são detalhes técnicos: são inscrições da história. Cada vestígio gráfico testemunha a circulação de ideias, pessoas e bens, revelando a Amazônia como parte de uma rede global de trocas no século XVIII. Essa leitura amplia a compreensão da LGA não apenas como fenômeno linguístico, mas como manifestação de um mundo em movimento, em que as fronteiras entre o local e o global, o oral e o escrito, o indígena e o europeu se mostravam permeáveis.

Por isso, o códice 69 é um lugar de memória não porque preserva o passado intacto, mas porque condensa tempos diversos e continua a produzir sentidos. O trabalho de edição e difusão desse manuscrito faz dele um lugar ativo – um espaço onde o passado colonial e as reivindicações contemporâneas das comunidades indígenas se encontram.

A recuperação da Língua Geral Amazônica, portanto, não é um ato nostálgico, mas um gesto de futuro. Ao reconhecer no nheengatu a herança viva da LGA, o estudo demonstra que a resistência se dá também pela continuidade. A língua que outrora serviu à catequese e à dominação hoje expressa projetos de autonomia e de identidade. Essa reviravolta simbólica – do instrumento de conversão ao emblema de resistência – sintetiza a força da memória linguística.

Em um país que ainda enfrenta apagamentos sistemáticos de povos, culturas e saberes, o estudo da LGA é um exercício de reparação histórica. A tecnologia, quando aliada à Filologia, torna-se ferramenta de justiça e de reconstrução. Nesse sentido, o manuscrito reabre o arquivo do Brasil colonial e devolve ao presente uma das vozes fundadoras da sua pluralidade. Nesse gesto de devolução, a pesquisa inscreve-se no que se considera *projeto de sobrevivência linguística*: a continuidade de uma língua que foi capaz de atravessar séculos de silêncio e ressurgir como emblema de diversidade e de futuro.

Assim, as conclusões deste trabalho reafirmam que a Filologia contemporânea, aliada às humanidades digitais, é também uma forma de resistência cultural. Preservar não é apenas conservar o que resta, mas criar condições para que o passado fale novamente. O códice 69 – agora relido, editado e digitalizado – lembra que toda língua é, no fundo, um arquivo vivo de mundos possíveis.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v24i12.2395.R>

Resposta dos autores: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v24i12.2395.A>

Editora

Maria Filomena Spatti Sandalo

Afiliação: Universidade Estadual de Campinas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4595-7765>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Eva-Maria Roessler

Afiliação: Escola de Letras Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho (ELACH/UMinho)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3524-2280>

Avaliador 2: Bruna Franchetto

Afiliação: Universidade Federal do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7158-3838>

AVALIADOR 1

O estudo "MEMÓRIA E TECNOLOGIA NA PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA: UM CÓDICE EM DIÁLOGO COM O PRESENTE" de Bruna Trindade Gomes Carneiro, Alícia Duhá Lose e Ze-naide de Oliveira Novais Carneiro analisa o Códice 69, um manuscrito do século XVIII, para resgatar a Língua Geral Amazônica. Este trabalho destaca que lembrar é um ato de resistência e que a memória linguística está intrinsecamente ligada a disputas de poder e reapropriações. A metodologia do trabalho é interdisciplinar, combinando Filologia, Paleografia, História Social e Técnicas Computacionais.

Ferramentas como lupas, microscopia e luz UV foram usadas para análises paleográficas in-loco. Análises grafoscópicas computacionais complementaram a leitura humana, medindo inclinação e pressão para identificar autores e variações gráficas. Essas abordagens revelaram, segundo os autores, que o códice foi escrito por dois escribas, um europeu e um indígena, e era usado tanto para ensino quanto para resistência à proibição da língua. A materialidade do códice, com suas marcas d'água europeias em papel que registrava uma língua indígena, simboliza, assim afirmam os autores, o drama colonial.

Este estudo é crucial por várias razões:

1. **Resgate e Resistência Linguística:** Ele atua como um "projeto de sobrevivência linguística", demonstrando como a LGA, longe de estar extinta, persiste no português amazônico e no nheengatu. Recuperar a LGA é, segundo os autores, o "reinscrever no presente uma história de resistências e traduções", transformando a tecnologia em um "novo códice" para a memória.
2. **Democratização do Acesso e Reconciliação Histórica:** A edição e a disponibilização de dados, desse projeto, visam democratizar o acesso ao códice, permitindo que comunidades indígenas e o público em geral consultem o material.
3. **Filologia como Ferramenta de Justiça:** O estudo reafirma que a Filologia, aliada às humanidades digitais, é uma forma de resistência cultural e um instrumento de justiça epistêmica. Os autores apresentam a ideia de que preservar os textos significa criar condições para que o passado fale novamente, não apenas para conservar, mas para transformar instrumentos de dominação em ferramentas de resistência, reabrindo o arquivo do Brasil colonial e devolvendo ao presente uma das vozes fundadoras de sua pluralidade.

Do meu ponto de vista, o texto está escrito e editado perfeitamente, algumas pequenas correções editoriais são apresentados no arquivo anexado. Notei apenas alguns, poucos erros de digitação.

AVALIADOR 2

O artigo em análise merece publicação por sua relevância e por ser um texto bem estruturado, resultado de uma pesquisa em uma área pouco conhecida no campo da linguística, um estudo de natureza filológica, com metodologias claramente explicitadas e boa fundamentação teórica. Além da necessidade de uma releitura por parte das autoras para uma revisão cuidadosa do português (por ex. o uso do plural e de minúscula para etnônimos como "os barés, baniwas e tukano", que deveria ser "os Baré, Baniwa e Tukano") e de alguns erros de digitação, aponto apenas dois pontos para uma necessária correção: (i) na p. 3 do manuscrito, seção 1.1, as autoras devem rever a genericidade equivocada ao dizer que a LGA é "derivada do tupi (em sua variante tupinambá)"; o que é "Tupi"? Falando de LGA, tratar-se-ia de uma língua da família tupi-guarani, no tronco tupi, assim como o tupianambá

não é uma "variante", mas outra língua da mesma família; e o que significa "derivada"? (ii) na p. 6, corrigir "linguagem brasileira" para "línguas brasileira. A revisão das autoras deve prestar a atenção para evitar referência indireta a uma tese ou a um texto não citado.

RESPOSTA DOS AUTORES

Prezados(as) Editores(as),

Agradecemos aos(às) pareceristas pela leitura atenta, criteriosa e generosa do manuscrito, bem como pelas contribuições apresentadas, que foram fundamentais para o aprimoramento do texto.

Informamos que **todas as sugestões e correções indicadas nos dois pareceres foram integralmente atendidas**. As modificações realizadas encontram-se **devidamente sinalizadas em vermelho** na versão revisada do manuscrito, de modo a facilitar sua identificação.

Em especial, destacamos:

- a revisão terminológica e conceitual referente à caracterização da Língua Geral Amazônica (LGA);
- a correção de imprecisões linguísticas e de pequenos erros de digitação;
- os ajustes editoriais sugeridos;
- a atenção à explicitação de referências e à precisão terminológica ao longo do texto.

Além disso, conforme o processo de revisão, **o título do artigo foi modificado** para:

Do Manuscrito Colonial ao Arquivo Digital: Filologia, Tecnologia e Memória da Língua Geral Amazônica

Entendemos que o novo título reflete de forma mais precisa o escopo teórico-metodológico do estudo e o diálogo proposto entre filologia, tecnologia e memória linguística.

Reiteramos nossos agradecimentos pelas valiosas contribuições e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. O novo arquivo foi anexado ao campo "Revisões", e segue também nesta discussão.

Atenciosamente,

As autoras

Conflito de Interesse

As autoras não têm conflitos de interesse a declarar.

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

As autoras informam que avaliaram as diretrizes da Equator Network e verificaram que não há, até o momento, um roteiro específico aplicável a pesquisas filológicas e históricas baseadas em análise de manuscritos. Ainda assim, o trabalho segue os princípios de transparência metodológica e documentação aberta recomendados pela rede.

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os dados, códigos e materiais que suportam os resultados deste estudo estão disponíveis abertamente em UEFS Biblioteca Digital de Teses e Dissertações através do DOI <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1805> em formato que permite ser lido e processado automaticamente por computador.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), ao Grupos de pesquisa Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP-UEFS), Corpus Eletrônicos de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS- UEFS) e *Modus Scribendi* pelas discussões e colaborações que contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa. Estendem o agradecimento ao Arquivo IESU, em Roma, pela cessão de cópias de manuscritos jesuíticos que auxiliaram na comparação paleográfica, e à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pelo acolhimento e acesso ao códice original que constitui o principal objeto deste estudo.

O trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), cujo incentivo foi essencial para a realização das etapas de pesquisa.

Fontes de financiamento

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia (FAPESB), termo de outorga BOL0550/2020, pedido 800/2020.

REFERÊNCIAS

AUTOR DESCONHECIDO. **Grámatica da lingua geral do Brazil, com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua**. [S.l.: s.n.], [1750?]. Manuscrito. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Códice 69. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316.2/78640>. Acesso em: 05 jan. 2025.

BESSA FREIRE, José Ribamar. **A língua geral amazônica: um projeto de colonização linguística**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2008.

CARNEIRO, Bruna Trindade Gomes. **Um códice em língua geral: edição, estudo paleográfico e sóciohistória da Amazônia (1750-1758)** – volumes I e II, 2024, 845 f., Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FIGUEIRA, Luis. **Arte da Língua Brasília**. ed. Fac-símile de 1687. Anotada por Emílio Allain. Rio de Janeiro. Typographia Lombaerts & cia. 1880 (1621).

FUNDO ALMA MATER. **Acervo de documentos históricos e culturais preservados pela Universidade de Coimbra**. Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <https://almamater.uc.pt/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2004.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

UC DIGITALIS. **Repositório da Universidade de Coimbra para a preservação, valorização e acesso à produção científica e cultural**. Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral. **Fundo Alma Mater**. Gramática da lingua geral do Brazil, com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita *lingua*. Códice 69. [S.l.: s.n.], [1750?]. Manuscrito. Disponível em: <https://almamater.uc.pt/handle/10316.2/78640>. Acesso em: 3 jan. 2025.

VIEIRA, Antônio. Sermão do Espírito Santo. In: VIEIRA, Antônio. **Obras completas do Padre Antônio Vieira**. v. 2. Porto: Lello & Irmão Editores, 1959. p. 415–416.